



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 11 DE 20 DE JUNHO DE 1977

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o disposto pelo art. 207 da Emenda Constitucional n. 1, de 1969, na redação da Emenda Constitucional n. 7 de 1977,

RESOLVE:

Art. 1º O Tribunal Federal de Recursos, em sua composição de 19 Ministros, até a promulgação da Lei Orgânica da Magistratura (art.207 da Emenda Constitucional n. 1, de 1969, redação da Emenda Constitucional n. 7, de 1977), será dividido em 4 Turmas, de 4 Ministros cada uma.

Art. 2º Os Ministros no desempenho dos cargos de Vice-Presidente e Corregedor-Geral participação, apenas, do julgamento dos feitos da competência do Tribunal Pleno, inclusive nas funções de Relator e Revisor.

Parágrafo único - Além das atribuições previstas no Regimento, caberá:

Art. 4º Ficam destinadas à Seção de Análise Econômico-Contábil, da Divisão de Contratos, da Subsecretaria de Material e Patrimônio e à Seção de Programação Audiovisual da Secretaria de Recursos Humanos, uma função de Supervisor integrante da Secretaria de Administração e uma função de Supervisor integrante da Secretaria de Recursos Humanos, respectivamente.

I - Ao Vice-Presidente:

a) - Por delegação do Presidente:

1) - Despachar recursos extraordinários;

2 - Auxiliar na supervisão e fiscalização dos serviços da Secretaria.

b) - Presidir a audiência de distribuição dos feitos de competência das Turmas.

c) Substituir o Corregedor-Geral nas faltas e impedimentos;

d) - Exercer, no Conselho da Justiça Federal, as atribuições que lhe competirem.

II) - Ao Corregedor-Geral:

a) - Por delegação do Presidente, auxiliar na supervisão e fiscalização

dos Serviços da Secretaria do Conselho;

b) - Relatar os processos de Correição Parcial, no Conselho da Justiça Federal;

c) - Exercer, no Conselho da Justiça Federal, as demais atribuições que lhe competirem.

Art. 3º O Tribunal deliberará quanto à composição das Turmas, e estabelecerá os dias em que serão realizadas as respectivas sessões ordinárias, publicando-se edital para conhecimento dos interessados.

Art. 4º Os processos pendentes, inclusive os que se encontram em pauta, serão julgados pela Turma de que faça parte o Relator, convocado o Revisor, se não a integrar.

§ 1º Os processos em que estejam vinculados como Relator, o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral, por haverem lançado o "VISTO", nos autos (CPC., art. 552, § 3º), em data anterior a recomposição resultante dos arts. 1º e 3º, serão julgados na Turma a que pertença o Revisor, e não havendo revisão, na de designação numérica igual à antiga, de que faziam parte.

§ 2º - Participarão de tais julgamentos, como vogais, os demais Ministros presentes, integrantes da Turma, no número necessário, que se seguirem ao Revisor ou ao Relator, pela ordem de antiguidade.

§ 3º Os feitos que houverem de ser julgados em Turma, de numeração diversa, serão retirados de pauta, incluindo-se em pauta na Turma nova, com regular publicação.

Artigo 5º As distribuições às antigas Turmas não implicam em prevenção, para os efeitos do art. 3º, § 3º, do Regimento Interno, sem prejuízo do que nele se estabelece quanto ao relator, se integrante de nova Turma.

Artigo 6º Nomeados os Ministros a que se refere o artigo 207 da Constituição, ser-lhes-ão redistribuídos feitos em processamento no Tribunal, observado o seguinte:

I - Os atuais Ministros manifestarão à Presidência seu interesse no sentido da redistribuição ou não, dos processos, de que são relatores. Para os fins deste item, não se consideram os Ministros eleitos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-geral, em sessão de 02 de junho 1977, bem assim o atual Ministro-Presidente.

II - A Secretaria, com a colaboração dos gabinetes respectivos, procederá ao levantamento dos processos distribuídos aos Ministros que manifestarem o desejo de concorrer com feitos à redistribuição prevista no artigo.

III - No levantamento de que trata o item anterior, serão considerados os processos distribuídos e ainda não julgados, inclusive os que se encontrem em pauta.

IV - Também serão computados no mesmo levantamento os processos distribuídos, e ainda não julgados, aos Ministros eleitos, para o biênio a iniciar-se em 23 de junho de 1977, Presidente e Vice-Presidente, salvo, quanto ao último, os que sejam da competência do Tribunal Pleno e, em relação a ambos, os feitos a que estejam vinculados, como Relator, por haverem lançado o "VISTO" nos autos.

V - Dividir-se-á o total apurado, na forma dos itens II, III e IV, por número

que corresponda ao dos Ministros enquadrados no item II, acrescido de seis. O quociente assim obtido representará o número de processos a serem redistribuídos a cada um dos novos Ministros (Constituição, art.207) e o dos que permanecerão com os atuais Ministros na situação do item II.

VI - Respeitado o disposto no item anterior, para a indicação dos processos de que relatores os Ministros previstos no item II, destinados à, redistribuição aos novos Ministros, adotar-se-ão os seguintes critérios:

a) - permanecerão com os atuais Relatores os feitos em que, nessa condição, já tenham lançado "VISTO" nos autos ou se encontrem em pauta e ainda os processos de competência originária do Tribunal, salvo as ações rescisórias (Constituição, art.122, I).

b) - Atender-se-á, proporcionalmente, às diversas classes de processos, remetendo-se à redistribuição, em cada classe, feitos segundo a ordem decrescente de sua numeração no Tribunal.

VII - O total dos processos devolvidos pelos Gabinetes (itens IV e VI), à Secretaria, serão redistribuídos, na forma do Regimento, entre os novos Ministros (Constituição, art.207).

Artigo 7º - Os atuais Ministros, não enquadrados no item II do artigo anterior, terão mantida a situação de Relator, quanto aos processos que lhes foram distribuídos.

Artigo 8º - O Ministro-Presidente, cujo mandato finda a 23 de junho de 1977, ocupará, na Turma, a vaga do Ministro eleito Corregedor-Geral, sendo-lhe redistribuídos os feitos de que relator o último, salvo os em que este houver lançado, como relator, o "VISTO" nos autos.

Artigo 9º - As disposições da presente Resolução, exceto as constantes do art. 3º, entrarão em vigor a partir da data da posse dos Ministros a que alude o art. 207 da Constituição. As providências previstas no art. 6º serão adotadas, desde logo, com a nomeação dos referidos Ministros.

CUMPRA-SE.PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO MOACIR CATUNDA

PRESIDENTE